



4 de Maio

Fundação Cuidar o Futuro

Resumos de comunicações

e

Notas biográficas

SESSÃO DE ABERTURA



ANNE COVA

Investigadora no Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI) e professora no Mestrado em Estudos sobre as Mulheres (MEM) da Universidade Aberta. Doutorou-se em História pelo Instituto Universitário Europeu de Florença (1994). Foi *Visiting Scholar* nas Universidades de Stanford, Princeton e Berkeley nos EUA. Autora de diversas publicações na sua área de especialidade em Portugal e no estrangeiro.

HELENA COSTA ARAÚJO

Doutorada em Sociologia da Educação. Professora Associada FPCE/UP. Co Coordenadora do Mestrado Educação, Género e Cidadanias, 2002-2004. Directora da Revista *Ex-aequo*, da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, 2002-2004. Prémio Rui Grácio, da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, ao livro *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da Semiperiferia Europeia*, em co-autoria com Stephen Stoer, Lisboa: Escher, 1992. Autora de diversas publicações na sua área de especialidade. Presidente da APEM.

Fundação Cuidar o Futuro ZÍLIA OSÓRIO DE CASTRO

Professora Catedrática da Universidade Nova de Lisboa. Directora da Unidade de Investigação "FACES de Eva"- Centro de Estudos sobre a Mulher. Directora da revista *Faces de Eva*. Autora de diversas publicações na área da sua formação - História das Ideias Políticas e em História das Mulheres - séculos XIX e XX.

Painel I

Moderadora

IRENE VAQUINHAS

Professora associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorada em 1991 lecciona cadeiras de História no âmbito dos Mestrados em História Económica e Social e Contemporânea e Museologia e Património Cultural. É membro do Centro de História da Sociedade e Cultura da Universidade de Coimbra. Autora de diversas publicações, colaborou na revisão científica da edição portuguesa da obra *História das Mulheres* sob a orientação de Georges Duby e Michelle Perrot, edições Afrontamento.

Relator

ANTÓNIO FERREIRA DE SOUSA

Licenciado em História pela Universidade Nova de Lisboa. Mestrando em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta. Membro do centro de investigação da Universidade Nova de Lisboa "FACES de Eva"- Centro de Estudos sobre a Mulher.

Painel II (1ª mesa)

Moderadora

MARIA HELENA VILLAS BOAS E ALVIM

Professora universitária na área da História da Cultura e da História das Mulheres. Presidente da APIHM- Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres e sua sócia fundadora. Vários trabalhos publicados nas áreas atrás referidas.

Relatora

MARIA DE DEUS MANSO

Doutoramento em História, Universidade de Évora e Professora Auxiliar no Departamento de História. Coordenadora com Sara Marques Pereira do NEHM/CIDEHUS (Núcleo de Estudos de História da Mulher/Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora); Investigadora do CEPESA (Centro e Estudos do Sudeste Asiático); Diversas publicações e conferências nacionais e internacionais sobre o período dos Descobrimentos Portugueses.

Painel II (2ª mesa)

Moderadora

MARIA CÂNDIDA PROENÇA

Professora Universitária. Doutoramento em História Cultural e das Mentalidades, Séculos XIX e XX, Agregação em Didáctica Específica da História. Tem-se especializado em temas de História da Educação na Época Contemporânea. É autora de mais de duas dezenas de livros e de variadíssimos artigos sobre História da Educação e sobre Didáctica da História. Dedicar particular interesse aos aspectos relacionados com o acesso das mulheres à educação nos vários níveis na época contemporânea. Tem coordenado vários projectos de investigação.

Relatora

LUISA SAAVEDRA

Luísa Saavedra – Professora do Departamento de Psicologia da Universidade do Minho. Tem trabalhado as questões do género em contexto escolar, sobretudo no ensino básico e secundário, com recurso a metodologias de investigação qualitativas (principalmente análise de discurso).



Fundação Cuidar o Futuro

OS FEMINISMOS DOS ANOS 20: A AFIRMAÇÃO DE UMA NOVA GERAÇÃO DE FEMINISTAS



Vinte anos depois da aspiração de Ana de Castro Osório fundar um “partido feminista” e 13 após o único comício feminista, ocorrido em Setembro de 1911 em Vila Franca de Xira, concretiza-se a realização do I Congresso Feminista e de Educação, só que com outras protagonistas. É que a década de 20 corresponde, simultaneamente, a uma ruptura com as principais líderes feministas que marcaram o início do século e aos “anos de ouro” do feminismo português, podendo considerar-se que constituiu a afirmação de uma nova geração de jovens dirigentes, muitas delas com enquadramento maçónico.

Por um lado, constata-se que das líderes carismáticas das primeiras duas décadas – Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo, Maria Clara Correia Alves e Maria Veleda, apenas a primeira continua activa: A. de C. Osório dedica-se à literatura e, tal como Maria Veleda, é uma das ausentes dos Congressos Feministas; a médica Carolina Beatriz Ângelo falece em Outubro de 1911; a professora e oradora Maria Clara Correia Alves, responsável, com Adelaide Cabete, pela primeira fase do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, sai de cena no início dessa década; e Maria Veleda assume a sua desilusão com o rumo trilhado pelo regime por que tanto tinha lutado e sofrido. Por outro lado, os anos 20 marcam o efectivo reconhecimento nacional e além fronteiras do CNMP, com a representação em Congressos Internacionais através da médica uruguaia Paulina Luisi (Genebra, Junho de 1920; Cristiana, Setembro de 1920) e, pela primeira vez, de uma delegada nacional – Adelaide Cabete – nas reuniões de Maio de 1923 (Roma) e de Maio de 1925 (Washington); o Conselho e a revista *Alma Feminina* passam a ser indissociáveis da acção desta médica; organizam-se os dois Congressos Feministas e de Educação (1924, 1928); as feministas associam-se aos Congressos Abolicionistas (1926, 1929) da responsabilidade de Arnaldo Brazão; há a adesão de cada vez mais universitárias e recém licenciadas em Direito, Medicina e Letras; funda-se a Associação das Mulheres Universitárias de Portugal (1928); e, num acto de coragem, feministas e republicanas encabeçam o movimento nacional de apoio aos presos, deportados e exilados políticos vítimas da Ditadura Militar, iniciativa do jornal republicano *O Rebate* (1928).

Enquanto no I Congresso, intervêm, com Teses, feministas reconhecidas (Albertina Gamboa, Angélica Porto, Aurora Teixeira de Castro, Deolinda Lopes Vieira, Domingas Lazary do Amaral, Maria Isabel Correia Manso, Maria O'Neill, Paulina Luisi e Vitória Pais Freire de Andrade Madeira), a par das docentes do Instituto de Odivelas Ilda Pinto de Lima e Regina do Carmo, no II Congresso o leque alarga-se a Elina Guimarães, Júlia Franco, Manuela Palma Carlos e Sara Beirão. Em ambos os casos, destacam-se professoras de diferentes níveis de ensino que desde há muito se preocupavam com a situação da mulher e procuravam resolver algumas das questões que mais a afligiam, sobretudo na área da educação, da prostituição, do alcoolismo, da protecção às crianças e dos direitos legais das mulheres, sem descurar a reivindicação do sufrágio feminino. Entre os novos nomes que assumem relevância nesta fase contam-se ainda as estudantes de Direito Alexandra de Carvalho Araújo, Nídia Neto Ferreira, Tetralda Teixeira de Lemos; as advogadas Carmen Marques, Maria Amélia Teixeira de Matos e Laura de Castro Corte-Real; e as médicas Branca Lopes, Célia de Almeida Leite, Cristina da Cunha e Eufрасinda Teixeira. É também neste período, em 1925, que Elina Guimarães iniciará a longa e coerente militância, tornando-se no único nome a fazer a ponte entre o feminismo de matiz republicana, a luta pelos direitos das mulheres durante a vigência do Estado Novo e os feminismos das décadas de sessenta e setenta.

Espera-se que este Seminário evocativo do I Congresso Feminista e da Educação, para além de estimular a reflexão em torno de momentos decisivos do feminismo em Portugal, também sirva para “ressuscitar” as intervenientes e contribua para dignificar as respectivas vivências e romper os silêncios que de forma demasiado duradoura se têm perpetuado sobre o seu passado. Urge (re)fazer e (re)escrever a História e (re)colocar estas mulheres na memória colectiva, sabendo valorizar o pioneirismo e inconformismo das suas lutas numa sociedade, tal como ainda hoje sucede, tantos anos decorridos, incapaz de lidar sem preconceitos com as incomodidades das aspirações feministas e com os vocábulos feminista e feminismo.

JOÃO ESTEVES

Professor do QND da Escola E B 2,3 de São Bruno (Caxias), licenciado em História pela FL da UL (1983) e Mestre em História dos Séculos XIX e XX pela FCSH da UNL (1988). Autor de livros, artigos e comunicações sobre o movimento feminista nas primeiras três décadas do século XX. Prepara Doutoramento sobre a “Génese do Movimento Feminista em Portugal (1906-1928)”.

ADELAIDE CABETE UMA PROFESSORA FEMINISTA



Adelaide Cabete nasce em Elvas em 1867, onde leva uma dura vida de trabalho. Aí casa com Manuel Cabete que a lança nos estudos e na militância republicana e feminista. Muda-se para Lisboa em 1895. Na capital torna-se médica, publicista, republicana, maçón, feminista, professora, anti-alcoolica, benemérita, abolicionista e defensora dos animais. Em 1929, vai com o sobrinho Arnaldo Brazão para Luanda. Regressa em 1934, vindo a falecer em 1935.

Foi médica e professora durante 17 anos no Instituto Feminino de Educação e Trabalho (Odivelas). A experiência docente, as teorias pedagógicas que apresentou em Congressos, e as suas reivindicações de carácter feminista permitem considerá-la uma professora feminista.

Exerceu diversos cargos em organizações feministas tendo sido presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Representou no estrangeiro o governo português. Participou em congressos e conferências. Foi a principal promotora do I Congresso Feminista e da Educação de Portugal, em 1924, tendo proferido o discurso inaugural e apresentado três teses.

Escreveu dezenas de artigos. Apresentou medidas profiláticas. Defendeu os direitos das mulheres pobres e crianças. Reivindicou o voto das mulheres. Mulher de forte personalidade, de estilo simples, formal, mas carinhosa e bondosa, deixa-nos uma obra importante.

JOAQUIM EDUARDO

Joaquim Mário Cortes Eduardo, Mestrando em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, Licenciado em Ensino da Geografia e frequência até 3º ano da Licenciatura em História. Técnico Superior Principal da Presidência do Conselho de Ministros - Serviços Sociais - Divisão de Acção Social, com funções de "Assistência Social", "Saúde" e "Animação".



MARIA VELEDA (1871-1955) – Uma professora feminista, republicana e livre-pensadora

Maria Velede foi uma personalidade multifacetada, emergindo no espaço público como escritora, educadora, feminista, republicana, livre-pensadora e espiritualista.

Este pequeno apontamento incidirá, sobretudo, nas vertentes educativa e feminista da sua acção, em sintonia com os temas que presidiram ao Congresso que hoje se pretende evocar e celebrar. Nesta perspectiva, dar-se-á relevo à percepção de Maria Velede sobre as funções de instruir, educar e formar cidadãos conscientes, reponsáveis e úteis à sociedade; ao seu envolvimento na defesa dos direitos das crianças e ao seu contributo para a educação das mulheres, a fim de promover a sua emancipação económica e cívica, através do exercício de uma profissão e da participação política na *res publica*. Este domínio de actuação será articulado com o seu perfil de feminista e o papel por si desempenhado nas associações e no movimento das mulheres, em defesa da igualdade de direitos jurídicos, sociais, civis e políticos, entre os dois sexos.

A adesão aos ideais da República, a iniciação maçónica e a conversão ao livre-pensamento serão inscritos na teia de relações construída por Maria Velede com outras mulheres republicanas e feministas e com muitos dos mais importantes dirigentes do Partido Republicano, na partilha e debate de ideias e na luta por objectivos comuns, permitindo ampliar o conhecimento sobre outros domínios de expressão e intervenção.

Com esta comunicação pretende-se dar maior visibilidade a uma mulher pioneira que, como tantas outras mulheres, não se contentou com o lugar de rectaguarda que a sociedade lhe reservara. Saiu da penumbra da domesticidade, enfrentou a luz do palco, quebrou o silêncio, revelou-se ao público, exibiu a sua identidade e singularidade e gerou conflitos, porque falava, escrevia e actuava de modo diferente, destoando das normas instituídas.

Reclamou-se iniciadora de processos, semeou ideias e lançou o debate sobre os lugares, os papéis e os poderes de mulheres e homens num mundo novo. Em consonância com outras mulheres, reivindicou a sua inclusão na comunidade nacional, como cidadã de pleno direito, a fim de poder participar mais activamente nas decisões políticas do país. Apesar de os poderes constituídos não concederem às mulheres a igualdade de direitos, Maria Velede ousou exercer efectivamente a cidadania, tentando ultrapassar as limitações impostas ao seu sexo. Consciente dos direitos e deveres cívicos, empenhou-se numa prática cidadã em todas as vertentes do quotidiano – na família, na escola, no trabalho associativo, na comunidade – informando, sensibilizando, educando, exortando e intervindo na construção de uma sociedade democrática mais justa, igualitária e fraterna. Não lhes sendo reconhecido o direito de voto, Maria Velede e as suas companheiras de luta não puderam participar na condução da *res publica*, mas a sua voz, presença, acção e influência contribuíram para a mudança das mentalidades e imprimiram um novo rumo aos acontecimentos.

NATIVIDADE MONTEIRO

Licenciada em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa e professora dos Ensinos Básico e Secundário. Mestranda em Estudos sobre as Mulheres - Universidade Aberta. Membro da APH-Associação de Professores de História, tendo feito parte da sua Direcção de 1994 a 2001. Actualmente, pertence aos Conselhos Consultivo e Fiscal da dita Instituição. Publicou trabalhos sobre as actividades culturais da APH, o ensino da História, a utilização e a publicação de conteúdos pedagógicos na Internet.



MARIA LAMAS, JORNALISTA, FEMINISTA, UMA INTELLECTUAL PORTUGUESA DO SÉCULO XX

Os anos vinte e os primeiros passos da jornalista portuguesa Maria Lamas, que virá a exercer a profissão durante mais de trinta e cinco anos(1925-1950), tronando-se uma pioneira no jornalismo profissional. A importância do exercício desta profissão na sua consciencialização como mulher e na luta pelos direitos das mulheres e pela dignidade das mulheres como cidadãs.

Alguns marcos importantes que foram momentos de excepção e de excelência no exercício da sua profissão, como:

- a criação e direcção do Jornal Infantil O PINTAINHO (1925);
- a criação e direcção do jornal para as raparigas A JOANINHA(1936);
- a criação e promoção de uma grande inventário das mulheres portuguesas criadoras, "dos manuscritos de Carolina Michaelis Vasconcelos às mantas de tear transmontanais de Urros", uma iniciativa que durou mais de dois meses, intitulada GRANDE CERTAME DAS MULHERES PORTUGUESAS (1930), uma mostra de artes, que promoveu na qualidade de Directora da Revista MODAS e BORDADOS, um suplemento semanal do jornal O SECULO de Lisboa;
- a promoção da EXPOSIÇÃO DE LIVROS ESCRITOS POR MULHERES, iniciativa que promoveu enquanto directora da Revista, mas na qualidade de Presidente Eleita do CONSELHO NACIONAL DAS MULHERES PORTUGUESAS, criado em 1914, por Adelaide Cabete, cuja colaboração jornalística na BATALHA, Maria Lamas conhecia, tendo integrado o CNMP, em cargos de coordenação, desde 1936.

A realização integral do ponto de vista jornalístico, na sua totalidade, editoria, redacção, ilustração e legendagem e escolha de fotografias e a realização, inclusivé, de fotoreportagens, podendo ser considerada, com legitimidade, também, uma pioneira na reportagem fotográfica no feminino, da sua obra monumental AS MULHERES DO MEU PAÍS (1948-1950).

Perfil e objectivos estratégicos culturais de promoção e de resistência, de uma mulher jornalista, que proclama, como as mulheres republicanas, a cidade pertence-nos, e consequentemente, exigem todos os direitos cívicos decorrentes do estatuto de mulheres livres e independentes, que reivindicam politicamente o pleno uso dos direitos a uma cidadania consciente e inteligente, exigindo a educação e profissão como condições fundadoras da sua dignidade.

O percurso profissional de uma mulher cidadã, jornalista pioneira, na primeira metade do século XX.

MARIA ANTÓNIA FIADDEIRO

Licenciada em Filosofia pela Universidade de Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, USP, Brasil, tendo sido aluna, na mesma área, até meados 1964, da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa. É Mestra em Estudos sobre as Mulheres e integra o CEMRI(Centro de Estudos das Migrações e das Relações Internacionais) da Universidade Aberta de Lisboa. Publicou: MULHERES SÉCULO XX:101 LIVROS (Edição da Câmara de Lisboa e autora 2001); FERNANDO PITEIRA SANTOS,PORTUGUÊS,CIDADÃO DO SÉCULO (Editora Campo das Letras, 2003); MARIA LAMAS,BIOGRAFIA.(Editora Quetzal, 2003).

O PENSAMENTO FEMINISTA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX E OS OBSTÁCULOS À SUA AFIRMAÇÃO



A qualidade do pensamento e da acção feminista, quer de mulheres quer de homens, na primeira metade do século XX é em tudo semelhante ao que se verificava noutros países europeus. Contudo, onde a situação se torna bem distinta é na dimensão e na força dos obstáculos colocados de forma muito activa, à afirmação das mulheres. Essa persistente actividade antifeminista foi desenvolvida quer por homens políticos ou pensadores, que tanto podem ser encontrados entre os republicanos como entre os salazaristas; por parte dos dirigentes da Igreja Católica, por parte de mulheres ligadas à aristocracia e à burguesia. As suas ideias eram propagandeadas e divulgadas nos meios de comunicação social, nomeadamente na imprensa e através da produção intensa de opúsculos ou livros. Como conclusão geral, proponho que se deve ao sucesso deste antifeminismo estrutural e activo os fracos índices de desenvolvimento humano, que continuam muito presentes no início do século XXI.

Fundação Cuidar o Futuro

ANA VICENTE

Ana Vicente (1943), casada, mãe e avó. Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas. Trabalhou cerca de vinte anos na Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres e foi presidente dessa instituição entre 1992 e 1996. Investigadora na área de estudos sobre as mulheres é autora de diversas publicações e membro de várias organizações não-governamentais.

OPOSIÇÃO FEMININA, OPOSIÇÃO FEMINISTA AO ESTADO NOVO

Foram muitas e diversas as configurações que tomou a oposição das mulheres ao Estado Novo, bem como as dinâmicas que envolveu. Houve múltiplas formas de actuação oposicionista e deve falar-se de distintos tipos de oposição feminina. Diferenciadas por coordenadas como a composição social dos meios oposicionistas em que se inseriam; os posicionamentos ideológicos e políticos perfilhados no seio da unidade democrática; posturas oposicionistas mais diluídas no quotidiano ou declaradamente militantes; a integração em associações e grupos exclusivamente femininos e de natureza «apolítica» ou «meta-política»; ou a ligação a organizações e movimentos unitários (ou à clandestinidade comunista) determinados na mudança democrática do regime autoritário – as mulheres que participaram na oposição constituíram, depois do pequeno círculo de feministas durante a República, a primeira geração de mulheres a interessar-se de modo generalizado pela política. Mas embora seja possível considerar que da sua actuação decorreria a emergência de uma *cultura política especificamente feminina*, é importante não incorrer numa associação apressada entre a actuação política feminina e a consciência das discriminações que viviam na esfera social e na esfera familiar.

Se na altura aumentava entre muitas mulheres a convicção de que a defesa dos seus direitos era um plano de actuação particular, não redutível a qualquer outro – embora relacionado com modificações estruturais nos planos político, social, económico e cultural –, também é verdade que numa conjuntura em que o derrube do regime era uma prioridade, a disponibilidade para as questões relativas à discriminação das mulheres seria muitas vezes limitada.

Com efeito, nem sempre a oposição feminina ao Estado Novo foi uma oposição feminista. De qualquer modo, é possível identificar uma pluralidade de circunstâncias de aproximação e de contágio entre as duas, que afinal traduzem a complexidade inerente ao estatuto de sujeitos políticos que as mulheres assumiram.

VANDA GORJÃO

Licenciada em Sociologia (ISCTE, 1996) e tem trabalhado nas áreas de Sociologia da Arte e da Cultura e em Sociologia Política e Estudos de Mulheres. Concluiu o mestrado em «Transições sociais e políticas em Portugal e na Europa – Séculos XIX e XX» (ICS - Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2000). Doutoranda em Sociologia Política (ISCTE), desenvolve uma tese sobre a presença e o protagonismo das mulheres no sistema político português desde 1974. Autora de diversas publicações. Participa no projecto «Biografias de Mulheres no século XX em Portugal», coordenado pela Historiadora Anne Cova (CEMRI, Universidade Aberta).

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO FEMINISMO NO ESTADO NOVO



Na entrevista concedida por Salazar a António Ferro, em 1932, este apresentou o então recém-nomeado presidente do Conselho de Ministros como «elegantemente anti-feminista como Mussolini, como quase todos os ditadores». Em resposta a uma pergunta de António Ferro, que o questionou sobre o que pensava das reivindicações feministas de «liberdade», Salazar considerou-as injustas, pois também o homem não tinha essa «liberdade absoluta que ela reclama para si». Quanto ao papel destinado à mulher no Estado Novo, o ditador esclareceu:

«Deixemos o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa... Não sei, afinal, qual dos dois terá o papel mais belo, mais alto e útil».

Ou seja, homens e mulheres - não encarados como indivíduos mas como elementos da família, tinham esferas separadas de actuação - pública, para os primeiros, e privada, para as segundas. Na realidade, ao apregoar a «igualdade» entre as diversas funções masculinas e femininas, a ideologia salazarista manteve as mulheres numa situação subalterna, impondo-lhe, nomeadamente, o dever de obediência ao «chefe de família». Por outro lado, como a ideologia salazarista não se pautou pelos conceitos de «cidadania», incluiu o princípio da diferença sem a igualdade em vez do princípio da igualdade na diferença.

A Constituição de 1933 começou por reafirmar a igualdade de todos os cidadãos perante a lei e a «negação e qualquer privilégio» de «sexo». No entanto, logo a seguir vinha uma pequena cláusula que justificava, através de um factor biológico - a «natureza» - e de um factor ideológico o «bem da família» as excepções ao princípio de igualdade constitucional: «salvo, quanto às mulheres, as diferenças da sua natureza e do bem da família». Embora antidemocrático e antifeminista, foi o Estado Novo que atribuiu pela primeira vez em Portugal o direito de voto e de elegibilidade às mulheres, sob certas condições, e que erigiu uma elite feminina com intervenção política pública, aquela que, fortemente católica, serviria os propósitos do regime nos campos atribuídos às mulheres - a assistência e a educação. Cândida Parreira, uma das primeiras três deputadas da União Nacional eleitas em 1934, esclareceu, porém, que o voto feminino não tinha sido conquistado pelas mulheres mas «decretado» pelo «Chefe»:

«Salazar pressentiu que para tal combate (contra a desmoralização) seria necessária energia superior à do homem. Onde iria encontrá-la? Só uma solução! A Mulher Cristã! [...] a Mulher Portuguesa! Salazar não hesita [...]. Escolhe as que podem colaborar, pela sua profissão, quanto à Família, Assistência e Educação. E abre-lhes as portas da Assembleia Nacional [...]. O auxílio da mulher tornava-se mais que necessário, tornava-se indispensável. Assim o entendeu o Chefe, assim o decretou!».

O Estado Novo manteve em vigor o Código Civil de 1867 que discriminava a mulher em «razão do sexo» e «em razão da família». Em 1939, o Código do Processo Civil de 1939 reintroduziu o poder concedido ao marido de requerer judicialmente a entrega da mulher, que tinha sido eliminado durante o período republicano-liberal. As mulheres deixaram também de poder exercer comércio, viajar para fora do país, celebrar contratos e de administrar bens sem o consentimento do marido, além de serem afastadas de certas profissões, de cargos de chefia administrativa e da magistratura

judicial. Quanto ao divórcio, com a celebração da Concordata entre a Santa Sé e o Estado Novo, em 4 de Maio de 1940, todos os indivíduos casados pela Igreja deixaram de se poder divorciar e, consequentemente, de se casar novamente, depois de separados. A «entrega e o depósito judicial da mulher casada» apenas foi finalmente anulada, com o Código Civil de 1967, que manteve, porém, a prevalência do marido como «chefe da família», ao qual cabia a administração dos bens do casal. As mulheres continuaram obrigadas também a adoptar a residência do marido, a ser responsabilizada pelo governo doméstico mesmo se tivesse um emprego e a estar impossibilitada de exercer comércio ou movimentar depósitos bancários sem o consentimento do cônjuge.

Ao criar, em 1936 e 1937, as organizações estatais de enquadramento das mulheres e da juventude, Obra das Mães pela Educação Nacional e Mocidade Portuguesa Feminina, o Estado Novo começou por permitir a actuação do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP, criado em 1914) e da Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP, criada em 1936), que lutavam pelo direito das mulheres ao voto, pela profissionalização e educação femininas, por remunerações equitativas do trabalho e pela protecção materno-infantil. Mas, quando considerou que estas duas organizações tinham alargado demasiado a sua esfera de influência e que as reivindicações feministas estavam relacionadas à luta pela democracia, o regime salazarista proibiu-as, respectivamente, em 1947 e 1952.

IRENE FLUNSER PIMENTEL

Mestre em História Contemporânea e investigadora do Instituto de História Contemporânea da FCSH da UNL. É autora dos livros *História das Organizações Femininas do Estado Novo* (2000 e 2001), *Contai aos Vossos Filhos. Um Livro sobre o Holocausto na Europa* (2000), *Fotobiografia de Manuel Gonçalves Cerejeira* (2002) e *Os Refugiados em Portugal. 1933/1945* (a sair em 2004). Bolseira da FCT, está a preparar o doutoramento, com o tema «PIDE/DGS. 1945-1974».





EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PARA A IGUALDADE:

BALANÇO E PROSPECTIVA

Esta comunicação tomará como início e pano de fundo a proposta de Vitória Camps de eleger o domínio da educação como um dos principais objectivos do novo feminismo, sublinhando a importância e urgência de reintroduzir as questões da igualdade de género em educação na agenda do movimento feminista neste início do século XXI.

A comunicação organizar-se-á em torno de três tópicos:

- Educação e género – a problemática
- Educação e políticas para a igualdade – os balanços
- Algumas reflexões de carácter prospectivo

TERESA PINTO

Licenciada em História (FL-UL), com pós-graduação em Economia e Sociologia Históricas (UNL) e mestra em Estudos sobre as Mulheres (U Ab), é doutoranda na Universidade Aberta em Estudos sobre as Mulheres – especialidade História das Mulheres e do Género – investigando na área da educação e do ensino nos séculos XIX e XX. Tem diversas publicações nas áreas da igualdade de género em educação e da história da educação.

PERCURSOS DE MULHERES EM TERRAS INSULARES DA PERIFERIA DE ONTEM À PERIFERIA DE HOJE



Percursos de mulheres em espaços insulares pretende de forma ensaística, com base na "literatura de viagens", percorrer o *olhar dos outros* sobre nós, mulheres açorianas, nos últimos dois séculos. Olhar condescende, curioso, maldoso e, tantas vezes, cruel, porque repleto de preconceitos.

Esse *olhar do outro* é um olhar comprometido, porque considera inquestionável a matriz desse olhar. Porque é sua, está *correcta*! Logo, os comportamentos, as atitudes e os hábitos que não se enquadram em tal matriz estão, por isso, incorrectos. São impróprios. São desviantes. São abomináveis.

A *viagem* só serve, enfim, para confirmar o que já se sabia! Não há descoberta. Não há novidade. Só confirmação.

O enaltecimento da *nossa* fertilidade esquece a luta pela sobrevivência numa velhice sem apoios. Os elogios à *nossa* capacidade de trabalho negligencia a luta tenaz contra a fome, sempre escondida na terra da abundância. Os encómios à *nossa* "ligeireza" de comportamentos (para não empregar outro termo!) ignora o *nosso* sonho de outras terras atrás do mar imenso. As críticas à *nossa* ignorância fingem desconhecer que, afinal, essa era a realidade das mulheres até há poucos anos atrás...

Há os olhares de mulheres sobre as nossas mulheres, mas dominam, com certeza, os olhares masculinos, porque os homens viajam mais, escrevem mais e, geralmente, duvidam menos!

Há os olhares de estrangeiros fazendo apreciações sobre o atraso geral da população, onde também se contemplam algumas impressões sobre as mulheres. Mas são sobretudo os olhares dos portugueses daqueles que não quiseram ou não puderam ser insulares, os menos condescendentes com as mulheres açorianas!

Por seu turno, o peso das "forças de ocupação" – o desembarque de militares continentais, na Primeira e Segunda Guerras – também não deixou indiferente o *olhar* das açorianas. Os percursos de memória das nossas raparigas ainda não esqueceram as histórias de suas avós... Periferia de ontem, certamente.

Nos últimos anos, a Autonomia Regional afirmando o poder local, a escola tornada obrigatória aos dois géneros e a chegada da televisão a todos os lares trouxeram oportunidades para as mulheres açorianas, que não deixaram, certamente, de ser aproveitadas. As estatísticas atestam a nova realidade. Porquê falar, então, da periferia de hoje?

FÁTIMA SEQUEIRA DIAS

Professora associada com agregação, na Universidade dos Açores, onde lecciona as disciplinas de História Económica e História do Pensamento Económico, no Departamento de Economia e Gestão. No mesmo departamento, organizou o Curso Livre de Estudos do Género, nos anos lectivos de 1999-2000 e 2000-2001. A sua tese de doutoramento – *Uma estratégia de sucesso numa economia periférica. A Casa Bensaúde e os Açores, 1800-1870* – foi premiado pela Associação Internacional de História Económica e Social (Madrid, 1999). Tem vários livros publicados na área da Business History e um livro intitulado *Escritos sobre História das Mulheres* (1995).

MESA REDONDA SOBRE "AS NOVAS CARTAS PORTUGUESAS"

com as autoras

MARIA TERESA HORTA E MARIA VELHO DA COSTA

com a participação de

MARIA DE LOURDES PINTASILGO

e de

ISABEL ALLEGRO DE MAGALHÃES

Professora Catedrática (Literatura Comparada) da Universidade Nova de Lisboa. Para além de várias dezenas de ensaios em revistas portuguesas e estrangeiras da especialidade, publicou *O Tempo das Mulheres* (1997), *O Sexo dos Textos* (1995), *Capelas Imperfeitas* (2002).

ANA LUISA AMARAL

Professora Associada na Faculdade de Letras do Porto (Literatura Inglesa). Doutorada em Literatura Norte-Americana com uma dissertação sobre Emily Dickinson. Integrou a Direcção da Associação Portuguesa de Literatura Comparada (1994-1999) e a Direcção do Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, integrando actualmente a Direcção da APEM. Tem várias publicações nas suas áreas de especialidade. É ainda escritora, tendo publicados oito livros de poesia e dois livros infantis, encontrando-se traduzida para diversas línguas.





5 de Maio

Fundação Cuidar o Futuro

**Resumos de comunicações
e
Notas biográficas**



Painel III (1ª mesa)

Moderadora

ANA MARIA BRAGA DA CRUZ

Jurista. Mestra em Desenvolvimento e Extensão Rural (UTAD), membro da direcção das ONGs de Desenvolvimento e da Rede Europeia Anti-Pobreza. Foi presidente da CIDM, consultora da UNESCO, do FNUAP e do PNUD, membro da Rede IRIS. Coordenou projectos com grupos de mulheres no meio rural e é autora de diversas publicações na área dos direitos das mulheres.

Relatora

ALMERINDA BENTO

Professora do ensino secundário. Membro da direcção da UMAR. Representante da UMAR na Coordenadora Europeia da Marcha Mundial de Mulheres. Foi membro do Conselho Consultivo da CIDM e da Plataforma Direito de Optar. Activista feminista nos fóruns sociais mundiais é membro da Rede Lilás e presidente do Conselho Pedagógico da Escola Paulo da Gama.

Painel III (2ª mesa)

Fundação Cuidar o Futuro

Moderadora

LUISA CORVO

Doutorada na área das Ciências da Saúde pela Universidade de Utrecht (1998) com publicações em diversas revistas da especialidade. Activista LGBT, coordenadora do grupo GIRL e membro do grupo de intervenção política da associação ILGA/Portugal. Foi membro da Plataforma Direito de Optar. Tem sido uma das representantes da Rede Lilás na Coordenadora Europeia da Marcha Mundial de Mulheres.

Relatora

SOFIA NEVES

Psicóloga. Doutoranda em Psicologia Social, Universidade do Minho. Tese de doutoramento subordinada à temática "Metodologias Feministas na Psicologia: a (des)construção dos discursos genderizados sobre o amor, o poder e a violência nas relações íntimas". Docente na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga.



"FEMINISMOS, ESTUDOS SOBRE AS MULHERES" OU PARA ONDE VAI ESTE BARCO ?

Com esta comunicação pretende-se traçar uma breve panorâmica da constituição da área dos estudos sobre as mulheres em Portugal: abertura, em simultâneo, para uma possível periodização e para pensar os desafios futuros; a sua possível e desejável heterogeneidade.

TERESA JOAQUIM

Professora Auxiliar da Universidade Aberta. Coordenadora do Mestrado em Estudos sobre as Mulheres. Membro do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI). Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (1996-2001). Publicou, entre várias outras publicações, "Menina e Moça :a Construção Social da Feminilidade: Séculos XVII-XVIII (Lisboa, Fim de Século, 1997).
Contacto: tjoaquim@univ-ab.pt

Fundação Cuidar o Futuro

UM CAMINHO QUE SEJA SEU AS MULHERES E A CIÊNCIA



O Século XX viu a entrada das mulheres nas ciências: em Portugal, a sua presença é maioritária. Contudo, as mulheres vêm-se geralmente inseridas em instituições que não foram por elas construídas. Incorporam geralmente valores, *know-hows* pre-estabelecidos; seguem geralmente modelos masculinos. Assim sendo, às mulheres estão abertos dois caminhos: entrar no *mainstream* ou usar criticamente as suas diferenças culturais. Ruth Hubbard e Rachel Carson são cientistas que optaram pela segunda hipótese. Neste contexto, discute-se a relevância da História e da Filosofia das Ciências, dos Estudos de Ciência e Género numa relação dialéctica com as lutas feministas.

Fundação Cuidar o Futuro **CLARA QUEIROZ**

Investigadora do Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa. Licenciou-se em Biologia na Universidade de Lisboa. Em 1970, obteve o Ph.D. em Genética na Universidade de Edimburgo onde, posteriormente, foi Research Fellow até 1974. A partir de 1975, ingressou na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, onde foi Professora Catedrática de 1979 a 2001.



AGÊNCIA FEMINISTA E DAS MULHERES: PROCURANDO O NOVO SUJEITO FEMINISTA

Esta comunicação constitui uma abordagem à agência feminista e agência feminina no contexto de uma investigação mais alargada sobre as mudanças nas vidas das mulheres nos últimos 30 e como é que o feminismo contribui para essas mudanças e para as sustentar.

Diferentemente do que se pensava há alguns anos atrás, hoje pensa-se as mulheres como sujeitos e não apenas como sujeitadas (Marshall 1994). Então, tentar ver o papel das mulheres nessas mudanças é uma questão semelhante à de olhar o seu papel na sua própria subordinação.

Ou seja, como agem para a transformação e para a subordinação?

Assim, esta reflexão gira em torno de algumas interrogações: o que é a acção das mulheres? O que é a sua agência? Qual a relação entre acção e agência e qual o lugar do individual e do colectivo e organizado nesta relação?

Nesta distinção entre acção e agência das mulheres, qual a diferença, se é que existe, entre acção e agência feminista e agência feminina?

Uma outra questão, mas que não vai ser aqui tratada porque precisa de maior maturação, é como se chega das subjectividades genderizadas à determinação da agência? Será suficiente conhecer subjectividades femininas para definir a agência feminista? Ou dito de outra forma, como é que através dos materiais auto/biográficos se chega à agência feminista e das mulheres?

Articulando o conceito de agência na sua relação com o de estrutura e acção (Magalhães 2003), tentar-se-á determinar distinções e semelhanças entre agência feminina e agência feminista, trazendo as vozes das mulheres entrevistadas e fazendo uma breve incursão aos feminismos. Finalizar-se-á com algumas interrogações sobre as metodologias auto/biográficas na prossecução da agência feminina e feminista.

MARIA JOSÉ MAGALHÃES

Doutoranda na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, sob orientação da Prof.^a Doutora Helena Costa Araújo, é aí também docente. Tem publicadas diversas obras, incluindo a tese de mestrado, *Movimento Feminista e Educação, Portugal anos 1970 e 80* (Celta) e artigos em diversas revistas, entre as quais a *ex aequo*. Em Março 1991, recebeu, conjuntamente com Laura Fonseca Fernandes e Olga Guedes de Oliveira, o **prémio Carolina Michaëlis de Vasconcelos - Investigação-Mulher/1990**, sobre a obra *História de Vida de Uma Operária Corticeira* (CIDM-ONG).

FEMINISMOS EM PORTUGAL RUPTURAS E CONTINUIDADES NA LUTA PELA DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO



A vida das mulheres foi marcada, ao longo dos séculos, por uma sexualidade não assumida e por um corpo ocupado por uma necessidade imposta de procriar. Um corpo que foi valorizado em função de uma maternidade forçada, sem direito de escolha. O feminismo português das primeiras décadas do século XX não assume as sexualidades e a contracepção como temas de debate. A maternidade constituía um factor de valorização e de afirmação das mulheres em busca de novos papéis sociais e políticos. Esta não será uma postura isolada do feminismo português. O regime do Estado Novo ao colocar na maternidade e no cuidado da família o principal horizonte de realização pessoal das mulheres, considerava que a própria expressão “planeamento familiar” assumia um carácter subversivo, porque significava que as mulheres passavam a ter poder sobre a sua função reprodutora.

Com o 25 de Abril, a ruptura de concepções sobre a família evidencia-se no aumento do número de divórcios. Contudo, outras rupturas ao nível das sexualidades e do direito das mulheres controlarem o seu corpo tardaram em chegar. Apesar da grande participação das mulheres nos movimentos sociais pós 25 de Abril e “da conquista de uma cidadania no trabalho até aí desconhecida”, nem todas as correntes do feminismo ousaram colocar no seu discurso assuntos como a violência sobre as mulheres, as sexualidades, a contracepção e o aborto. É a corrente radical do feminismo que assume a politização das questões ditas “privadas” e que marca a luta pela legalização do aborto com o discurso do direito ao corpo. Contudo, não é este o discurso dominante dentro da Campanha Nacional pelo Aborto e Contracepção, mas sim o discurso da saúde pública e o “drama social” do aborto clandestino.

A continuidade no discurso das razões sociais e de saúde persiste na campanha do referendo sobre o aborto, em 1998. O discurso do Movimento Sim pela Tolerância não apresenta inovação em relação à década anterior.

Os julgamentos da Maia (2001) e de Aveiro (2004) constituem uma ruptura com a ideia de que a lei que criminaliza o aborto não leva as mulheres a tribunal. Estes julgamentos colocaram em evidência que a criminalização das mulheres que decidem interromper uma gravidez é um acto desajustado do nosso tempo. Estes julgamentos e a petição para um novo referendo sobre o aborto que recolheu mais de 120 mil assinaturas provocaram outras rupturas no poder político e no poder eclesiástico.

O discurso do direito ao corpo mantém actualidade? Esta é uma interrogação que tem vindo a surgir em diversos sectores empenhados na despenalização do aborto. Será que o lema do direito ao corpo tende a evoluir para um conceito mais alargado de cidadania, que inclui o direito ao corpo como a expressão de uma sexualidade livremente assumida e o direito à escolha, à decisão de assumir ou não uma maternidade?

MANUELA TAVARES

Doutoranda em Estudos sobre as Mulheres na Universidade Aberta com o tema “Feminismos na segunda metade do século XX em Portugal”. Investigadora no CEMRI. Autora de dois livros sobre “Os movimentos de Mulheres em Portugal- décadas de 70 e 80” e “Aborto e Contracepção em Portugal”. Autora de vários artigos em diversas publicações. Licenciada em Economia. Professora do ensino secundário. Membro dos órgãos directivos da UMAR.



FEMINISMOS E LESBIANISMOS: notas para uma tradução (ou alicerces de uma ponte por reconstruir)

Contrariamente ao que erroneamente se insiste em afirmar, o movimento feminista português existe e tem uma história. É a história que dele fizemos, valorizando as nossas especificidades ou ilustrando aquilo que de comum temos com outros movimentos internacionais. Sem pretensões mas sem falsas modéstias. O feminismo português precisa cada vez mais de orgulho e cada vez menos da vergonha de quem aproveita sempre a ocasião para fazer dele não mais do que um castelo de areia que a onda dos movimentos operários em Portugal destruiu. O movimento feminista português precisa de tornar visível a sua densidade político-social. Nesse intento, as recentes pontes lançadas a outros movimento sociais constituem modos de expressão privilegiados do que hoje se entende por feminismo em Portugal.

Falemos do presente. Na verdade, os nossos feminismos apresentam hoje contornos inéditos, quando comparados a outros contextos espaço-temporais, e que importa recordar. Reporto-me às alianças com o movimento operário, o movimento pro-escolha e o movimento lésbico, gay, bissexual e transgénero.

Centrar-me-ei necessariamente neste último, porque é aí que incidem as minhas escolhas académicas e activistas.

ANA CRISTINA SANTOS

Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Investigadora júnior do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra; Docente na Escola Superior de Educação do Instituto Piaget, Viseu. Investigadora sobre o Movimento LGBT português desde 1998, com diversas publicações nacionais e internacionais na área das sexualidades. Vice-Presidente e membro fundador da associação não te prives — Grupo de Defesa dos Direitos Sexuais.

Painel IV (1ª mesa)



Moderadora

FÁTIMA GRÁCIO

Licenciada em Filologia Germânica, desempenha actualmente funções de quadro superior da Função Pública. Enquanto estudante universitária conheceu o GRAAL, uma ONG e movimento transnacional de mulheres. No contexto desta ONG trabalhou em iniciativas e projectos de intervenção socio-cultural e redes de conscientização de mulheres. É actualmente membro do conselho de curadores da Fundação “Cuidar o Futuro”.

Relatora

ALICE MARTINS

Licenciada em Direito e Serviço Social. Membro da direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (área da contratação e informação). Membro da Comissão de Mulheres da UGT e da Comissão de Mulheres da Confederação Europeia de Sindicatos (CES). Membro da Confederação Internacional de Sindicatos Livres.

Painel IV (2ª mesa) Fundação Cuidar o Futuro

Moderadora

AMÉLIA CAMPOS

Mestre em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, com obra publicada "As mulheres deputadas e o exercício do poder político". Investigadora no CEMRI. Trabalha a Biografia de Natália Correia, no âmbito do projecto "biografias-mulheres século XX. Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, Portuguesa e Francesa, com o Mestrado na mesma área, Universidade Nova de Lisboa. Desenvolve actividades nas áreas da música e da escrita para o teatro.

Relatora

MARIANA AIVECA

Membro do Conselho Nacional da CGTP e da Direcção Central do Sindicato da Função Pública do Sul e Açores. Membro da União dos Sindicatos de Setúbal.



A REVOLUÇÃO INFORMÁTICA UM CAMPO PROFISSIONAL EMANCIPATÓRIO PARA AS MULHERES?

Nesta comunicação, recuarei um pouco ao tempo em que “as mulheres eram computadoras”, para recordar alguns dos momentos mais interessantes e menos divulgados da história da informática. Procurarei discutir alguns dos argumentos avançados por diversos/as analistas quanto aos fundamentos da progressiva exclusão das mulheres do campo da informática. Por fim, procederei à análise da evolução dos níveis de feminização de algumas profissões informáticas, em Portugal, durante a década de 90.

VIRGINIA FERREIRA

Socióloga. Professora Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de Estudos Sociais. Os principais temas de leccionação e investigação são: A Segregação dos Mercados de Trabalho em razão do Sexo; Políticas de Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego; Trabalho e Emprego nos Escritórios. O seu projecto de investigação actual é sobre a Maternidade e a Paternidade no Local de Trabalho. É membro do Conselho Editorial de várias revistas nacionais e internacionais. Membro fundadora da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Tem publicado largamente em revistas especializadas nacionais e internacionais e em obras colectivas.

MULHERES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO TENDÊNCIAS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS



A propósito das mudanças operadas na situação social das mulheres ao longo das últimas três décadas, pretende-se reflectir sobre a construção do género, enquanto sistema de diferenças socialmente codificadas, focando a articulação entre vida pública e vida privada. Qual é, afinal, o impacto da progressiva profissionalização e autonomização feminina sobre a vida familiar, sobre os modos de conciliação entre tarefas de produção e de reprodução, sobre as normas de relacionamento e equidade entre homens e mulheres? Visando equacionar este problema abordam-se algumas questões fundamentais. Em primeiro lugar, observam-se as principais tendências de evolução dos padrões familiares no caso feminino, destacando mudanças demográficas (na fecundidade ou na organização do ciclo de vida), formas de co-residência (o aumento das mulheres sós ou das famílias monoparentais) e de inserção sócio-profissional (o aumento das mães com profissão e dos casais com dupla profissão). Em segundo lugar, identificam-se as normas de divisão sexual do trabalho doméstico e profissional, sinalizando algumas ambivalências importantes das orientações femininas, repartidas entre a busca de igualdade e a permanência de competências tradicionais de género. Finalmente, reflecte-se sobre a incorporação e reprodução social das diferenças de género na família, presentes tanto nas práticas, como nas identidades e mesmo nos afectos.

SOFIA ABOIM INGLEZ

Socióloga. Tem trabalhado desde 1997 no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, desenvolvendo trabalhos de investigação sobre família e mudança social, modelos de relacionamento conjugal, divisão do trabalho e género. Concluiu tese de mestrado sobre “Coesão conjugal e contextos sociais”, aguardando actualmente provas de doutoramento da sua dissertação “Conjugalidades em mudança”. Presentemente trabalha sobre género, masculinidade e trajectórias conjugais.



A PARTILHA DO "PRIVADO"

Falar da partilha do privado numa perspectiva de género é falar de experiências (mais ou menos) partilhadas entre mulheres e homens, que se afiguram, hoje ainda, eivadas de fortes assimetrias e desequilíbrios, sobretudo no que respeita à partilha do trabalho não pago.

Conferir visibilidade à extensão do trabalho não pago e ao modo como este é diferencialmente assumido por mulheres e homens, em Portugal, é, pois, o propósito desta comunicação. Serão privilegiados, enquanto fonte de informação empírica, os resultados do *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999*, promovido pelo Instituto Nacional de Estatística, que se constitui como primeiro instrumento estatístico oficial, em Portugal, a permitir uma abordagem analítica na perspectiva dos usos do tempo.

Os resultados da pesquisa desenvolvida neste domínio serão discutidos numa óptica de questionamento, desde logo, do próprio conceito de trabalho e da valorização das diferentes formas que este assume, bem como dos papéis sociais de género nas esferas pública e privada.

HELOÍSA PERISTA

Socióloga, investigadora e membro da direcção do CESIS- Centro de Estudos para a Intervenção Social. Entre as suas áreas de investigação os estudos de género têm conhecido particular relevo. Nos últimos anos tem desenvolvido pesquisa, a nível nacional e europeu, no domínio dos usos do tempo, nomeadamente em termos da relação entre trabalho pago e não pago.

A IGUALDADE NA ÁREA DO TRABALHO



Oitenta anos depois da iniciativa pioneira em Portugal, feito o balanço, importa reflectir sobre o momento actual, como estamos, que tendências se desenham nos vários domínios em matéria de igualdade entre mulheres e homens.

Se tivermos presente que a concretização do direito ao trabalho e o trabalho com direitos são centrais para se alcançar a igualdade noutros patamares da vida em sociedade, torna-se incontornável a reflexão em matéria de igualdade no trabalho.

As últimas décadas traduziram-se em avanços significativos, nomeadamente no plano do Direito nacional e comunitário, com vista à realização da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Só que a igualdade de direito não tem garantido a igualdade de facto, com prejuízo para as mulheres.

Nos últimos anos, não só se registou um aumento significativo da participação das mulheres na actividade produtiva como se verificaram alterações profundas a nível da sua escolaridade. No entanto, apesar dessas alterações, as mulheres são, ainda, dominantes nos grupos profissionais onde se encontram as categorias mais mal pagas, as desigualdades de remunerações, comparativamente com os homens, têm-se agravado. Representando 45,5% da população empregada, as mulheres são, contudo, mais de 50% dos trabalhadores com contrato a termo e a maioria dos que laboram a tempo parcial ou se encontram em situação de desemprego. Elas, em particular as mais jovens, são discriminadas, no acesso ao emprego e no desenvolvimento do vínculo laboral, pelo exercício de direitos associados à maternidade e à paternidade. Tantas vezes empurradas para a prática do aborto clandestino perante a ameaça de despedimento ou de não renovação do contrato de trabalho, elas são, agora, duplamente penalizadas, uma vez que o Código do Trabalho lhes retira o direito legal à licença, entre 14 e 30 dias, em caso de aborto voluntário. O mesmo Código que vem comprometer ainda mais a perspectiva e a exigência de conciliação entre vida profissional e familiar, ao prever a possibilidade de organização de horários prolongados que não respeitam as necessidades de carácter pessoal, familiar e social das mulheres e homens que trabalham.

No combate às desigualdades e às práticas discriminatórias entre mulheres e homens no mundo de trabalho, há que dar maior atenção à prevenção e à penalização das prevaricações, agir sobre os problemas sem negligenciar as causas, prever os impactos das políticas, necessariamente articuladas e eficazes com vista à efectivação da igualdade. E esse é um caminho por percorrer. Para tanto, é imprescindível a vontade política.

GRACIETE CRUZ

É membro da Comissão Executiva e do Secretariado da CGTP-IN, com responsabilidade de direcção dos Departamentos de Igualdade entre Mulheres e Homens e de Formação e Qualificação Profissional; integra o Comité de Mulheres da Confederação Europeia de Sindicatos. É Presidente da Direcção da Escola Profissional e da Associação para o Ensino Bento de Jesus Caraça.

MESA REDONDA AUTORAS FEMINISTAS NA VIRAGEM DO SÉCULO



ANA GABRIELA MACEDO (Donna Haraway)

Professora associada da Universidade do Minho. Investigadora em Literatura Comparada, Literatura Inglesa (Modernismo/Pós-modernismo), Estudos Feministas e Poéticas Visuais. Autora de diversas publicações nestas áreas. Autora em colaboração com Ana Luisa Amaral do projecto de Dicionário Terminológico de Conceitos de Crítica Feminista, financiado pela FCT.

FERNANDA HENRIQUES (Elisabeth Badinter)

Doutorada em Filosofia, Universidade de Évora e professora auxiliar na mesma universidade. Foi membro da Rede Europeia de Peritos para a Igualdade entre raparigas e rapazes em Educação e coordenadora internacional do projecto "Em busca de uma Pedagogia da Igualdade". É vice-presidente da APEM e membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. Tem publicações nas áreas dos Estudos sobre as Mulheres e de Filosofia Hermenêutica.

JOÃO OLIVEIRA (Anne Fausto-Sterling)

Psicólogo social. Investigador na área dos estudos de género e teoria feminista. Assistente no Departamento de Psicologia Social e Organizacional do ISCTE. Doutorando na mesma instituição.

Fundação Cuidar o Futuro

VIRGÍNIA FERREIRA (Iris Young)

Socióloga. Professora Auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de Estudos Sociais. Os principais temas de leccionação e investigação são: A Segregação dos Mercados de Trabalho em razão do Sexo; Políticas de Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho e no Emprego; Trabalho e Emprego nos Escritórios. O seu projecto de investigação actual é sobre a Maternidade e a Paternidade no Local de Trabalho. É membro do Conselho Editorial de várias revistas nacionais e internacionais. Membro fundadora da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Tem publicado largamente em revistas especializadas nacionais e internacionais e em obras colectivas.

Moderadora

CONCEIÇÃO NOGUEIRA

Professora auxiliar do Departamento de Psicologia, IEP, Universidade do Minho. Investigadora em Psicologia feminista, Estudos de Género, Psicologia Social Crítica e Cidadania. Autora de diversas publicações nestas áreas. Membro da direcção da APEM- Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. Responsável pelo projecto de investigação "Psicologia social crítica. Género e feminismo" integrado no CIPSI- Centro de Investigação em Psicologia da Universidade do Minho.



6 de Maio



Fundação Cuidar o Futuro

Resumos de comunicações

e

Notas biográficas



Painel V (1ª mesa)

Moderador

MIGUEL VALE DE ALMEIDA

Antropólogo, professor associado no ISCTE. Na área do género publicou "Senhores de si- uma interpretação antropológica da masculinidade (1995), também publicado em inglês como "The hegemonic Male", Oxford e Nova Iorque: Berghahn Books (1996). É activista do movimento LGBT.

Relatora

LUISA FERREIRA DA SILVA

Professora Auxiliar na Universidade Aberta. Doutorada em Ciências Biomédicas, por equivalência a doutoramento em Paris, na École des Hautes Études en Sciences Sociales. Fez provas de agregação em Sociologia da Saúde, na Universidade Aberta. É investigadora do CEMRI, centro de estudos da FCT na Universidade Aberta. Tem trabalhos publicados em sociologia da saúde, da família, do género e da violência.

Painel V (2ª mesa)

Moderadora

Fundação Cuidar o Futuro

CONCEIÇÃO LAVADINHO

Psicóloga, terapeuta e mediadora familiar. Intervém na área da família tendo exercido funções no Gabinete de Psicologia do Tribunal de Família de Lisboa, no Gabinete de Mediação Familiar e Instituto de Reinserção Social onde coordenou a Equipa de Lisboa Família. Desde Outubro de 2003, é responsável pela Área da Violência Doméstica, na Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres, onde coordena o II Plano Nacional Contra a Violência Doméstica.

Relatora

SILVIA MONTEIRO SILVA

Psicóloga a exercer funções no Projecto da UMAR - IMAN: Intervenção Mulheres Autónomas - Norte, no âmbito da área da violência contra as mulheres.
Estágio curricular realizado no Gabinete de Estudos e Apoio à Vítima da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação do Porto. Acções de sensibilização realizadas sobre a temática dos direitos das mulheres.



SEXUALIDADES E FEMINISMOS

A sexualidade feminina é um acto biológico puro, ou resulta da forma como são vividas as relações pessoais em contextos culturais vários e variáveis?

Os comportamentos sexuais têm modelos universais, são ou serão sempre idênticos e para quem não os segue terá de haver uma explicação bio-psico-sociológica?

Os problemas sexuais das mulheres podem ser explicados e tratados por aproximação aos dos homens?

A "normalidade" da família nuclear torna todas as outras formas de vida em sociedade como desviantes, pretendendo que as pessoas interiorizem esse desvio da norma como "anormalidade".

As mulheres têm sido as que cuidam, as suas escolhas têm sido limitadas à heterossexualidade como regra, à maternidade como destino de todas. Outras escolhas de vida, o celibato, é destinado às religiosas e todas as que o não são são olhadas com desdém; a homossexualidade é algo dificilmente tolerado.

A sexualidade feminina é definida por decalque da masculina, tendo por objectivo fundamental o orgasmo, se possível simultâneo, sendo o desejo e outras formas de prazer e expressão sexual secundarizadas.

Silenciada e desconhecida através da história, a sexualidade das mulheres era também vista como algo de perigoso ou destruidor para os homens. Segundo a religião havia dois tipos de mulheres - mães e prostitutas. As primeiras, não tinham desejos, mas o dever de assegurar descendência; quanto às segundas, só teriam desejos e o seu objectivo era alienar o corpo e a alma dos homens. As amizades entre mulheres eram toleradas e aprovadas porque, por definição daí não poderiam passar, já que a sexualidade de e para mulheres era algo considerado inexistente.

A história da sexualidade das mulheres ao longo do século XX revê-se e ganhou com os avanços da contracepção. Foi possível que as mulheres pudessem pensar a sexualidade separada da fertilidade.

As lutas sociais vividas na 2ª metade do século XX, em que o feminismo tem um papel significativo, contribuíram para que as mulheres se questionassem, questionassem as relações de poder na sociedade e os mitos da sexualidade feminina.

Hoje, mesmo que com maior consistência questionemos esses mitos, vivemos ainda com condicionamentos sociais e as nossas escolhas e decisões sobre sexualidade trazem arrastados esses múltiplos sentimentos educacionais e culturais e implicam roturas constantes, que vamos fazendo ao longo da nossa vida.

ANA CAMPOS

Médica Ginecologista e Obstetra, a trabalhar na Maternidade Alfredo da Costa, onde exerce neste momento funções de chefia do Serviço de Obstetrícia. Mestre em Sexologia pela Universidade Lusófona, com a tese "As implicações para o relacionamento do casal do aborto provocado". Da tese consta uma abordagem histórica do significado social do aborto provocado, com um capítulo sobre a realidade em Portugal. Tem-se dedicado ao estudo da problemática do acompanhamento após um aborto e da forma como é vivido pelas mulheres.



PODEROSAS OU SEXYS ? IMAGENS DAS ATLETAS NOS MEDIA

Os meios de comunicação social são as maiores fontes de informação acerca do desporto, dos seus actores e actrizes, e detêm um poder imenso no processo de construção das suas imagens. Um razoável número de estudos tem revelado que a cobertura mediática de atletas femininas e masculinos é muito desigual. Em primeiro lugar, a quantidade da cobertura reveladora da sub-representação mediática das atletas e em segundo lugar, o tipo dessa cobertura, indicando as várias estratégias de trivialização, marginalização e sexualização das mulheres atletas e das suas prestações desportivas.

Quando as mulheres se dedicam à prática de alguns desportos, ditos violentos, os seus corpos fortes, musculados e atléticos desafiaram os limites da feminilidade heterossexual e da identidade feminina tradicional. E se, em décadas anteriores, a aceitação da força e da aparência poderosa das atletas (comentada de forma depreciativa) dependia de serem conformes a uma imagem hiper feminina, no início deste novo século é necessário que essa imagem seja hipersexualizada.

Fundação Cuidar o Futuro

ISABEL CRUZ

Vice-presidente da Associação Portuguesa Mulher e Desporto.

Licenciatura em Educação Física (I.S.E.F. – UTL); Mestrado em Estudos sobre Mulheres (U.A.).

O CORPO DAS MULHERES NA HISTÓRIA CORPO DESAPROPRIADO



A representação socio cultural da mulher, através da história, fundamenta-se numa base biológica que a reduz a um corpo específico, alheio ao processo cultural, considerado um dado permanente e portanto ahistórico. Como a cultura ocidental pensa o corpo como negatividade e excesso, como algo fugídio ao esforço de purificação da alma ou ao império da razão, a representação do feminino surge como o contrário da ordem, da ascese, da racionalidade, tanto mais que a natureza, o corpo da mulher é dominado por um órgão específico perturbador, desordenado: daí a concepção aristotélica e tomista “tota mulier in utero”, retomada, sob fundamentação considerada científica, pelo iluminismo e por diversas expressões do pensamento do século XIX a XX. Deste órgão que define a mulher deriva quer a representação do perigo que ela encerra como carne, produtora do pecado, tentação constante, quer a representação da possibilidade de redenção desta natureza inferior, ou seja, a maternidade assumida como destino e justificação do seu ser. Daí a dicotomia do Eterno Feminino: a mulher transgressora, Eva, a mulher redentora Maria, modelos dos quais derivam outros ontológica e axiológicamente opostos, como Salomé e as várias mulheres consagradas que reproduzem, à escala mundana, o modelo mariano.

Assim a mulher é desapropriada do seu corpo através de uma representação que a nega como ser histórico, social. Mas é ainda desapropriada do seu corpo, porque este não lhe pertence, não só porque ela o não domina, a não ser pelo exercício esforçado da virtude, quer, fundamentalmente, porque a sua capacidade de reprodução é apropriada pelo homem numa estrutura social classista e patriarcal. O seu corpo é, nesta perspectiva, um veículo não determinante, porque apenas vaso, receptáculo do semen como matéria do humano, mas indispensável para a reprodução dos herdeiros e dos deserdados que formam a dialéctica do social.

Mas estas representações, que se exprimem em todo o domínio socio cultural, de que é exemplo significativo o território icónico, foram constantemente sujeitas a um processo de continuidade e discontinuidade, imposto pela mudança social e pelas estratégias, muitas vezes inconscientes, das mulheres que, como todos os marginalizados, desenvolveram adaptações e reacções, no interior do próprio espaço que lhes era imposto e também explorações subversivas no exterior que lhes era vedado.

HELENA NEVES

Licenciatura em Filosofia, Mestrado em Sociologia da Realidade Portuguesa, Pós Graduação em Sociologia do Sagrado e História das Religiões, Professora de Pensamento Contemporâneo e de Filosofia e Deontologia do Serviço Social da Universidade Lusófona, Investigadora do Centro de Estudos do Século XX da Universidade de Coimbra e formadora na problemática do género e educação para a igualdade. Foi subdirectora da revista Mulheres, dirigida por Maria Lamas, e directora após a morte desta. Tem-se dedicado ao estudo da problemática feminina e publicou recentemente O Estado Novo e as Mulheres, o género enquanto factor de instrumentalização e mobilização ideológicos.

UMA ABORDAGEM FEMINISTA DOS MAUS TRATOS ÀS MULHERES



Até ao início dos anos setenta o problema das mulheres maltratadas foi praticamente negligenciado. A “desatenção selectiva” de que este fenómeno era alvo foi logo interpretada, pela análise feminista, como um sintoma das atitudes sexistas que prevalecem na nossa sociedade e que contribuem largamente para a perpetuação dos abusos cometidos sobre as mulheres.

Com efeito, foi graças à acção das feministas e do movimento das mulheres, em geral, que a violência sobre estas se transformou, simultaneamente, num problema social grave e numa questão política. A sociologia feminista, ao denunciar os abusos cometidos sobre as mulheres, considerando-os como uma espécie de instrumento utilizado pelo homem para assegurar o seu controlo e subordinação, veio chamar a atenção para o largo espectro de vitimação da mulher, a sua condição na família e na sociedade. Ao mesmo tempo, passa a denunciar o carácter ambivalente da família moderna. Nesta, “privacidade” significa, para a mulher, isolamento e invisibilidade das situações de opressão.

Na presente comunicação pretende-se, assim, dar conta do contributo das perspectivas feministas para o processo de construção de visibilidade dos maus tratos sobre as mulheres. Pretende-se, de igual modo, ilustrar alguns campos essenciais de reflexão e debate suscitados por estas perspectivas.

ISABEL DIAS

Professora Auxiliar no Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Coordenadora da linha de investigação “Família e Género” - Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Membro da direcção da Associação Portuguesa de Sociologia

Painel VI



MARIA DE BELÉM ROSEIRA

Jurista. Foi Ministra para a Igualdade e Ministra da Saúde. Membro dos corpos sociais e fundadora de diversas instituições sociais. Deputada na Assembleia da República. Artigos publicados em diversas revistas sobre as questões da Igualdade.

HELENA PINTO

Presidente da UMAR- União de Mulheres Alternativa e Resposta. Coordenadora de projectos na Área da Igualdade e da Violência contra as Mulheres. Representante da UMAR em reuniões internacionais da Marcha Mundial de Mulheres. Comunicações em seminários e artigos publicados.

MARIA DO CÉU CUNHA REGO

Jurista, ex-Vice-Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, ex-Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, ex-Secretária de Estado para a Igualdade, co-coordenadora do 1º Curso de Pós-Graduação em Direito da Igualdade de Género, do Centro da Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de

Moderação

TERESA PIZARRO BELEZA

Professora associada da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. Jurista. Feminista. Mãe de um menino de dez anos. Membro do Comité Para a Prevenção da Tortura (Conselho da Europa) de 1999 a 2003.

Relatora

SOFIA MARQUES DA SILVA

Licenciatura em história. Licenciatura e Mestrado em Ciências da educação. Investigadora na área da Etnografia da escola e das Relações Culturais de Juventude e de Género.

BALANÇO DO SEMINÁRIO - UM OLHAR SOBRE O FUTURO

LÍGIA AMÂNCIO

Psicóloga social e professora catedrática do ISCTE. Responsável pela área de ensino e investigação sobre género, feminismo e políticas para a igualdade no Departamento de Psicologia Social e das Organizações. Colaboradora no Mestrado de Estudos sobre as Mulheres da Universidade Aberta.

NOVAS RESPOSTAS DO DIREITO PARA A CONCRETIZAÇÃO DA IGUALDADE DE GÉNERO



Se em todas as maiorias e em todas as minorias há homens e mulheres, todo o humano não pode ser representado só por homens nem só por mulheres.

O universal correspondente à humanidade é o conjunto dos homens e das mulheres.

O direito que proclama a igualdade tem que criar condições para que as duas metades da humanidade que garantem a continuação da espécie tenham o mesmo nível de desenvolvimento e o mesmo nível de participação nas decisões que moldam as suas vidas.

A ordem jurídica tem que reconhecer a igual importância e o igual valor da actividade de produção e da actividade de reprodução, ambas indispensáveis ao desenvolvimento humano, o que constitui pressuposto da participação equilibrada em qualquer delas quer de homens quer de mulheres.

Uma sociedade só se poderá considerar democrática, se o conflito entre a norma social que impõe papéis de género e a norma jurídica que os proíbe for resolvido a favor do direito.

Dai que importem novas respostas do Direito como motor de progresso, que:

- reforcem a posição do indivíduo como sujeito de direitos não permitindo a sua diluição ou menorização na família considerada como corpo-instituição;
- retirem da legislação todos os resquícios da concepção de que a família tem um chefe que a sustenta, dirige e representa, o que implica intervir no sentido da individualização dos direitos designadamente no direito fiscal e no da segurança social;
- retirem da legislação todos os resquícios de controlo pelo Estado da sexualidade das mulheres;
- criminalizem a discriminação em função do sexo;
- reconheçam expressamente o direito fundamental de homens e mulheres à igualdade, e criar instrumentos de aplicação que permitam evidenciar a concretização desse direito na simetria dos indicadores do desenvolvimento humano dos homens e das mulheres;
- reconheçam o direito ao cuidado e o dever de cuidar quer no quadro dos direitos liberdades e garantias, quer no dos direitos sociais;
- financiem a protecção da maternidade e da paternidade pelo orçamento de Estado e não pelo da segurança social;
- garantam a educação e a formação obrigatórias para o reconhecimento e a prática dos direitos humanos, para a cidadania democrática tanto na vida privada como na vida pública e para a solução não violenta dos conflitos.

MARIA DO CÉU CUNHA REGO

Jurista, ex-Vice-Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, ex-Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, ex-Secretária de Estado para a Igualdade, co-coordenadora do 1º Curso de Pós-Graduação em Direito da Igualdade de Género, do Centro da Direito da Família da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

O PODER TRANSFORMADOR DO OLHAR D@S OUTR@S

A EXPERIÊNCIA EM LOCAIS ONDE É POSSÍVEL EXPRIMIR EMOÇÕES

ELISABETE BRASIL

Jurista, membro da direcção da UMAR, coordenadora do projecto IAIO (Península de Setúbal). Atendimento, acompanhamento e acolhimento de emergência às mulheres vítimas de violência. Membro da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Almada e do seu núcleo de apoio técnico. Representante da UMAR no Observatório do II Plano Nacional contra a Violência Doméstica. Formadora na área da violência de equipas de casas abrigo, agentes sociais e forças de segurança.

ALEXANDRA DOURADO

Licenciada em Psicologia Clínica pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. Psicóloga clínica. Atendimento e acompanhamento a mulheres vítimas de violência. Psicoterapia a mulheres e crianças. Coordenadora dos grupos de ajuda mútua. Coordenadora do serviço de terapia familiar a funcionar na Junta de Freguesia do Pragal. Membro da coordenação do projecto IAIO (Integração, Autonomia e Igualdade de Oportunidades). Frequência do 2º ano da pós-graduação em psicoterapia psicodinâmica da Sociedade Portuguesa de Psicologia Clínica.

Fundação Cuidar o Futuro



MARIA BIBAS PEREIRA

Psicóloga clínica formada pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Mestranda em Psicologia Clínica e Psicopatologia pelo ISPA. Psicóloga no projecto IAIO onde integra a área da violência doméstica e exerce as funções de psicoterapeuta a mulheres e crianças vítimas de maus tratos. A frequentar o 1º ano de formação em Psicodrama Psicanalítico de grupo. Concluiu o 3º ano da especialização em Psicoterapia de Orientação Psicodinâmica pela Sociedade Portuguesa de Psicologia Clínica.

DINA NUNES

Psicóloga clínica, licenciada pelo ISPA. Tem desenvolvido trabalho com população socialmente desfavorecida e marginalizada. Prestou apoio psicológico a crianças em várias escolas de Lisboa e margem sul, trabalhou com toxicodependentes e alcoólicos, em bairros de realojamento social e actualmente encontra-se a dirigir uma Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência e seus filh@s (da UMAR). Tem colaborado esporadicamente com a APF.